

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA N° 009/2020 DO COMITÊ DE
INVESTIMENTOS DO IPMS**

Data: 08 de setembro de 2020

Participantes: Joel de Barros Bittencourt

João Ramos Junior

Onézimo Soares Ribeiro

Na Sala de Reuniões, realizou-se a 9ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SUZANO – IPMS dirigida por seu presidente, Joel de Barros Bittencourt, com inicio às 10:00 horas do dia 08 de setembro de 2020. **DELIBERAÇÕES:** Dado início à reunião do Comitê de Investimentos, o presidente abriu a reunião com o acompanhamento da estratégia de investimentos realizada ao longo dos meses de agosto/2020, na qual houve a aplicação do ingresso de recursos no segmento de renda variável. O presidente destaca ainda que, em função da Lei Complementar Municipal nº 346 de 24/06/20, a prefeitura suspendeu o recolhimento das contribuições patronais a partir de julho/20, suspensão esta que prosseguirá para as contribuições com vencimento até 31/12/20. Conforme aprovado na 8ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos, foram aplicados R\$ 1.970.000,00 em 07/08/20 no BB AÇÕES VALOR FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES – CNPJ 29.258.294/0001-38 e resgatado R\$ 152.000,00 em datas diversas do CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA – CNPJ 23.215.097/0001-55. Informa o presidente que em 14/08/20 o Fundo CAPITANIA MULTI CRÉDITO PRIVADO FI EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – CNPJ 09.412.687/0001-47 foi incorporado pelo CAPITANIA PORTFOLIO CREDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO – CNPJ 09.574.215/0001-90, conforme aprovado em Assembleia Geral de Cotistas em 14/02/20, com a transferência de R\$ 1.016.596,91 ao Fundo incorporado. O Presidente informa que, em agosto/2020 foram realizadas a Assembleia Geral de Cotista do GGR PRIME I FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CNPJ 17.013.985/0001-92 em 18/08/20, cuja ordem do dia foi: 1. Apresentação, pela gestora do Fundo, dos resultados, diligências, medidas mitigadoras e estratégias de gestão até então por ela adotadas, referente ao plano de liquidação do Fundo aprovado pelos cotistas em Assembleia Geral de Cotistas realizada no dia 21 de dezembro de 2018; 2. substituição da Gestora; 3. caso aprovada a substituição da gestora do Fundo, a alteração do Regulamento do Fundo para refletir esta deliberação; e 4. Autorização à Administradora do Fundo para adotar todas as medidas necessárias à

adequada implementação das deliberações que vierem a ser tomadas referente aos itens acima. O presidente informa que no mês de agosto/20 foi recebido Fatos Relevantes do INCENTIVO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL II – CNPJ 13.344.834/0001-66, em 03/08/20, informando que foi substituído nessa data o gestor do Fundo pela BRPP Gestão de Produtos Estruturados Ltda., conforme deliberado em Assembleia Geral de Cotistas realizada em 30/06/20. O presidente passou então à revisão dos resultados da carteira a partir dos relatórios de performance diária emitidos pela Diretoria Administrativa e Financeira através do sistema Comdinheiro, os quais apresentam a posição mais atualizada disponível (com atraso de no máximo dois dias úteis - D-2), bem como os relatórios de conjuntura econômica fornecidos pelo Banco Central do Brasil e das principais casas de investimento. O Presidente passou à uma análise da prévia dos resultados em 31/08/2020 sendo que os resultados no mês de agosto/2020 apontaram uma rentabilidade no mês de -1,48% versus a meta atuarial projetada de 0,72%, sendo que no ano a rentabilidade total da carteira está em -0,77% contra uma meta atuarial de 4,58% acumulada no ano de 2020. O segmento de renda fixa apurou uma perda de cerca de R\$ 3,427 milhões no mês de agosto/2020 e na renda variável a perda foi de aproximadamente R\$ 3,111 milhões. Ao analisar a rentabilidade da carteira no início do mês de setembro/2020, verifica-se que a rentabilidade no mês acumulada até 08/09/2020 está em -0,22%, totalizando perdas no mês de R\$ 998,67 mil aproximadamente. O presidente destaca que, o humor do mercado está ligado diretamente aos fatores a seguir: (i) evolução da pandemia do coronavírus; (ii) incerteza em relação à retomada da recuperação econômica; (iii) expansão do déficit fiscal e menor preocupação para a implementação de reformas visando o equilíbrio das contas públicas; (iv) a instabilidade da eleição americana, com cenário indefinido. O Presidente passa então a analisar o relatório de Rentabilidade Diária da CEF em 08/09/2020 e em 31/08/2020. No caso dos IMA-B e IMA-B 5+ os mesmos apresentaram até o dia 08/09/2020 rentabilidades no mês de 0,35% e 0,34% acumuladas respectivamente, comparados com as rentabilidades de -1,84% e -3,64% verificadas em agosto/2020. Em relação aos fundos IMA-B 5 e IDKA 2A IPCA a rentabilidade no mês até 08/09/2020 é de 0,36% e 0,30 respectivamente, enquanto que no mês anterior a rentabilidade respectiva foi de 0,39% e 0,79%. Em relação aos fundos de véspera curto (IRF-M1 e CDI), a rentabilidade mensal até 08/09/2020 é de 0,05% e 0,04% respectivamente e no mês de agosto/2020 de 0,09% e 0,14%, respectivamente. O presidente destacou ainda a rentabilidade do IRF-M1+, que concentra papéis prefixados com vencimento superior a um ano, com rentabilidade mensal até 08/09/2020 de 0,14% e em agosto/2020 foi -1,17%. Destacou também o Fundo CAIXA AÇÕES VALOR, que teve rentabilidade mensal em 31/08/2020 de -3,82 e até 08/09/2020 possui uma rentabilidade no mês de 1,24%. O presidente destaca que, apesar do mercado ter se mostrado bastante ruim no mês de agosto, o início do mês de setembro mostra que há o mercado está reagindo positivamente, restando esperar o desenrolar dos fatores elencados acima ao longo deste mês de setembro para saber se esta reação será consolidada ou se haverá novos recuos nos mercados, especialmente na renda variável. O presidente dá continuidade à reunião e passa à análise de conjuntura econômica, iniciando com o Boletim RPPS da CEF de julho/2020 que os indicadores de confiança econômica seguiram uma trajetória positiva, sinalizando, entretanto, uma recuperação heterogênea, com o setor de

serviços demonstrando maior fragilidade frente ao choque sofrido. No cenário internacional, A evolução da pandemia de COVID-19 continuou condicionando o ritmo de retomada da atividade global, sendo que de um lado observamos o aumento da preocupação devido à elevação do número de casos em países e regiões até então menos afetadas pela doença, e de outro o otimismo com a expectativa do desenvolvimento de uma vacina ainda em 2020. Apesar disso, indicadores recentes de atividade sugerem que o momento atual é de recuperação. Passando à análise dos Relatórios do Departamento de Pesquisa Econômica (Depec) do Banco Bradesco, passou-se à análise do Cenário Econômico de 02/09/20, que destaca que a economia segue sua trajetória de recuperação. Entretanto, a pergunta que resta é o que ocorrerá com essa retomada quando os estímulos forem removidos da economia. O desafio fiscal permanece no radar. Para garantir uma trajetória sustentável da dívida nos próximos anos, o ajuste das contas públicas, com foco no dispêndio, é fundamental, principalmente para pensarmos em crescimento econômico e juros de equilíbrio. Nesse sentido, o cumprimento do teto de gastos se torna cada vez mais importante. As sinalizações de compromisso com as reformas, somadas ao cenário mais positivo de atividade doméstica dão espaço para a apreciação da moeda no restante do ano. A inflação ao consumidor segue comportada, mas há riscos altistas de curto prazo no radar. As medidas de núcleo continuam bastante abaixo do centro da meta, enquanto os itens mais ligados à cadeia industrial, por sua vez, têm registrado repasse da depreciação cambial, dentro do padrão observado nos últimos anos. No cenário internacional, a economia global segue cercado de incertezas, mas são encorajadores os dados de retomada da atividade se não houver retrocesso no enfrentamento da pandemia. A recuperação econômica do terceiro trimestre será mais forte do que o esperado na maioria dos países, principalmente por conta da resposta de política econômica: os bancos centrais injetaram volumes de liquidez sem precedentes enquanto governos criaram pacotes para amortecer o impacto da pandemia. As incertezas em relação à continuidade da retomada parecem convergir para três fatores: i) os riscos relacionados à própria pandemia e temores de que segundas ondas possam obrigar os governos a interromper o processo de normalização econômica; ii) a disparidade entre o ritmo de recuperação do setor de bens e do setor de serviços; e iii) a dependência dos estímulos fiscais e o temor de que estes não poderão continuar indefinidamente. Um fator que poderia favorecer uma recuperação mais forte seria o desenvolvimento e disponibilização de uma vacina para o Covid-19 ainda no primeiro semestre de 2021. O Destaque Depec de 26/08/20, informa que a inflação de alimentos seguirá pressionada no curto prazo, assim como observado na maioria dos países. Se a pandemia trouxe mudanças de hábitos no consumo das famílias, o consumo de alimentos é um dos beneficiados. No Brasil, diferentemente de outras crises econômicas, a distribuição do auxílio emergencial elevou a massa de salários na economia. A demanda doméstica de alimentos tem sido sustentada por programas emergenciais de emprego e renda, mesmo com a queda do PIB. De fato, a distribuição do auxílio mais do que compensou a queda da renda proveniente do trabalho, diante do fechamento de vagas no mercado formal e informal. Com a extensão já anunciada dos programas, a massa deve se manter em elevado patamar no 3º trimestre. Com isso, diferentemente de outras crises, a renda das famílias, de forma geral, foi preservada. O Boletim Semana

em Foco de 04/09/20, indica em sua análise de conjuntura que os impactos da pandemia se materializaram em queda recorde do PIB no segundo trimestre. A surpresa negativa com o recuo de 9,7% ante o primeiro trimestre foi potencializada pela revisão para baixo no resultado do período anterior, de -1,5% para -2,5%. Quase todos os componentes registraram contração na margem, à exceção de agricultura (+0,4%) e exportações (+1,8%), refletindo a forte produção doméstica de grãos e a demanda externa aquecida por esses produtos, além de petróleo. Apesar da surpresa negativa no segundo trimestre, os dados correntes indicam crescimento nesta segunda metade do ano, compatível com uma queda de 4,5% do PIB em 2020. A expansão de 8,0% da produção industrial em julho ante junho reforça os sinais já apontados pela melhora da confiança empresarial e pela redução de estoques no setor. Os riscos à continuidade dessa retomada em curso estão associados à evolução da pandemia, ao mercado de trabalho e à política fiscal. Sobre esse último ponto, a proposta de orçamento do governo para 2021 foi enviada ao Congresso nesta semana, reforçando a sinalização de cumprimento do teto dos gastos. Contudo, para isso, as despesas discricionárias deverão ser levadas ao mínimo histórico, o que gera desafios relevantes que estarão no foco das discussões nos próximos meses, incluindo a reforma administrativa recém encaminhada ao Congresso. Em relação ao cenário internacional, a atividade econômica global continuou em recuperação em agosto, mas em ritmo menor do que o verificado nos meses anteriores. Os desafios para a recuperação global daqui para frente devem ser monitorados e se concentram ainda na evolução da pandemia, remoção dos estímulos, resposta do mercado de trabalho e disponibilização de uma vacina que permita a reabertura completa da economia. Finalmente, passando à análise do Boletim Focus – Relatório de Mercado elaborado pelo Banco Central do Brasil de 04/09/2020 verifica-se que o mercado continua mantendo a projeção da taxa SELIC em 2,00% até o fim de 2020 e uma redução da Selic 3,00% para 2,88% para o fim de 2021. Além disso, o mercado revisou a projeção de recuo do PIB no ano de 2020, refazendo a projeção de -5,62% para -5,31%, e realinhou a projeção da taxa de câmbio para R\$ 5,20 ao final de 2020 para R\$ 5,25. A projeção da inflação IPCA foi reajustada de 1,63% para 1,78% para 2020. Com as informações apresentadas, o Comitê de Investimentos acredita o cenário econômico continua mantendo sua trajetória de recuperação, apesar persistir o cenário de incerteza associado principalmente à pandemia do coronavírus. Com isso, o Comitê de Investimentos decidiu aplicar os recursos no IRF-M 1+ que vem apresentando boa rentabilidade. Desta forma, o Comitê de Investimentos APROVOU:

(i) APLICAR os ingressos de recursos referentes a: I) resgates devido às liquidações antecipadas provenientes de decisões aprovadas em Assembleia Geral de Cotistas; II) os valores recebidos da distribuição de rendimentos dos fundos; III) os valores recebidos dos acordos de parcelamento; e IV) os repasses das contribuições mensais no CAIXA FI BRASIL IRF-M1+ TP RF – CNPJ 10.577.519/0001-90, sendo que para o pagamento das despesas administrativas deverá ser realizado o RESGATE do CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA – CNPJ 23.215.097/0001-55 e do CAIXA FI BRASIL IMA-B TP RF LP – CNPJ 10.740.658/0001-93. Ressalta mais uma vez o presidente que, a Prefeitura Municipal suspendeu o pagamento das Contribuições Patronais, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 346 de 24/06/20, que autorizou a suspensão do recolhimento das contribuições previdenciárias patronais com vencimento entre 1º

de junho e 31/12/20, nos termos da Lei Complementar Federal nº 173 de 27/05/20. São anexos a esta: (i) Atas das Assembleias dos Fundos GGR PRIME I FIDC e do CAPITÂNIA MULTI CRÉDITO PRIVADO FIC de FIM; (ii) Fatos Relevantes da , INCENTIVO II FIDC; (iii) Relatórios de Posição de Investimentos de 31/08/20 e 08/09/20; (iii) Tabelas de Indicadores dos Fundos de Investimento da Caixa Econômica Federal em 31/08/2020 e 08/09/2020; (iv) Boletim RPPS de Julho de 2020 elaborado pela Caixa Econômica Federal; (v) Boletins Cenário Econômico de 02/09/20, Destaque Depec de 26/08/20 e Semana em Foco de 04/09/2020 elaborados pelo Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depec) do Banco Bradesco; vi) Relatório de Mercado – Boletim Focus do Banco Central do Brasil de 04/09/2020. Nada mais havendo foi encerrada às 12:00 horas a 9ª reunião ordinária do Comitê de Investimentos de 2020 tendo, eu, João Ramos Junior, lavrado a presente Ata, que depois de lida, segue devidamente assinada pelos participantes.

Presidente do Comitê

Membro

Relator